



DEPARTAMENTO
TERMINAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TRF3

Análise do Edital



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Análise do Edital

Banca: Fundação Carlos Chagas - FCC

Cargos ofertados: Analista Judiciário e Técnico Judiciário.

Prazo de validade: 2 anos a partir da data de homologação, podendo ser prorrogado por mais 2 anos.

Período de inscrições: 29/04/2024 até 28/05/2024.

Data da prova: 28/07/2024

a) MANHÃ - cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa;

b) TARDE - cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

Informações importantes:

- O candidato pode optar por concorrer para vagas na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região ou para as Seções Judiciárias de São Paulo ou Mato Grosso do Sul.

- O candidato que fizer opção para a Unidade de Classificação Tribunal Regional Federal da 3ª Região ou para a Unidade de Classificação Seção Judiciária do Estado de São Paulo, poderá, também, optar por ser aproveitado em Unidade de Classificação diversa de sua primeira opção (LISTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA, LISTA DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, LISTA DE CANDIDATOS NEGROS E LISTA DE CANDIDATOS INDÍGENAS DO ESTADO DE SÃO PAULO), nas situações previstas no item 16.3 do Capítulo 16.

16.3 Na hipótese de se esgotar a lista para provimento de vagas existentes na Unidade de Classificação Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ou na Unidade de Classificação Seção Judiciária do Estado de São Paulo, serão convocados os candidatos habilitados constantes na LISTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA, LISTA DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, LISTA DE CANDIDATOS NEGROS E LISTA DE CANDIDATOS INDÍGENAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, obedecida a ordem de classificação.

- DAS PROVAS:

7.1 O Concurso constará das seguintes provas:

CÓDIGO DE OPÇÃO	CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE	PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PESO
01	Analista Judiciário - Área Judiciária	Objetiva:	20	1
		Conhecimentos Gerais	10	2
		- Língua Portuguesa	5	
		- Matemática e Raciocínio Lógico	5	
		- Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência	40	
		Conhecimentos Específicos		
		Prova Discursiva - Estudo de Caso	2	1
02	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Objetiva:	20	1
		Conhecimentos Gerais	10	2
		- Língua Portuguesa	5	
		- Matemática e Raciocínio Lógico	5	
		- Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência	40	
		Conhecimentos Específicos		
		Prova Discursiva - Redação	1	1

- As provas discursivas serão aplicadas no mesmo dia e período de aplicação das Provas Objetivas.

- A **Prova Discursiva - Estudo de Caso** constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos.

- Para o cargo de AJAJ, serão corrigidas as provas discursivas dos classificados até as seguintes posições: i) TRF3 - **148 primeiros**; ii) Seção Judiciária de São Paulo – **456 primeiros**.

(Não há previsão para a Seção do MS)

- Para o cargo de TJAA, serão corrigidas as discursivas dos classificados até as seguintes posições: i) TRF3 – **225 primeiros**; ii) Seção Judiciária de São Paulo – **996 primeiros**; iii) Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul – **127 primeiros**.

- Agora, vamos às **vagas**:

Para a sede do TRF3:

CARGOS DISPONIBILIZADOS PARA A UNIDADE DE CLASSIFICAÇÃO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO

Unidade de Classificação	Cidades Integrantes da Unidade	Código de Opção	Cargo/Área/Especialidade	Número de vagas				
				Total de Vagas	Ampla Concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos Negros	Candidatos Indígenas
TRF 3ª REGIÃO	São Paulo - Capital	T01	Analista Judiciário - Área Judiciária	CR*	-	-	-	-
		T02	Técnico Judiciário - Área Administrativa	63	44	4	13	02

Para a Seção Judiciária de São Paulo:

CARGOS DISPONIBILIZADOS PARA A UNIDADE DE CLASSIFICAÇÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Unidade de Classificação	Cidades Integrantes da Unidade	Código de Opção	Cargo/Área/Especialidade	Número de vagas				
				Total de Vagas	Ampla Concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos Negros	Candidatos Indígenas
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	São Paulo - Capital, Americana, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Barueri, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Catanduva, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Itapeva, Jales, Jaú, Jundiá, Limeira, Lins, Marília, Mauá, Mogi das	S01	Analista Judiciário - Área Judiciária	CR*	-	-	-	-
		S02	Técnico Judiciário - Área Administrativa	200	144	10	40	06
	Cruzeiros, Osasco, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba, Taubaté e Tupã							

Para a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul:

CARGOS DISPONIBILIZADOS PARA A UNIDADE DE CLASSIFICAÇÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Unidade de Classificação	Cidades Integrantes da Unidade	Código de Opção	Cargo/Área/Especialidade	Número de Vagas				
				Total de Vagas	Ampla concorrência	Candidatos com Deficiência	Candidatos Negros	Candidatos Indígenas
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas	M02	Técnico Judiciário - Área Administrativa	06	04	01	01	-

- Essas são as informações principais do edital, as quais você não pode deixar passar batido.

CONCLUSÃO

Nas páginas seguintes você encontrará o conteúdo programático dos cargos de TJAA e AJAJ esquematizado, para facilitar a organização dos estudos.

Acompanhe nosso canal no Youtube (www.youtube.com/@jusconc), nos próximos dias lançaremos um vídeo com orientações de como estudar para o concurso do TRF3 nessa reta final.

Qualquer dúvida, estamos à disposição por e-mail, instagram ou whatsapp.

At. te,

Equipe Jusconc

Concursos Públicos



[\(84\) 99166-4753](tel:(84)99166-4753)

contato@jusconc.com

www.jusconc.com

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CARGOS DE TJAA e AJAJ
Conhecimentos gerais – para todos os cargos

		Estudado?
LÍNGUA PORTUGUESA	Redação Oficial	
	Ortografia e acentuação	
	Emprego do sinal indicativo de crase	
	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	
	Relação do texto com seu contexto histórico	
	Denotação e conotação	
	Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre	
	Intertextualidade	
	Figuras de linguagem	
	Morfossintaxe	
	Elementos estruturais e processos de formação de palavras	
	Sinonímia e antonímia	
	Pontuação	
	Pronomes	
	Concordância nominal e concordância verbal	
	Flexão nominal e flexão verbal	
	Vozes do verbo	
	Correlação de tempos e modos verbais	
	Regência nominal e regência verbal	
	Coordenação e subordinação	
	Conectivos	
	Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas)	
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios	

		Estudado?
	Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações	
	Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos	
	Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas	
	Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos	
NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Resolução CNJ nº 401/2021	
	Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal)	
	Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004)	
	Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004)	
	Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999)	

Conhecimentos específicos
ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - SEM ESPECIALIDADE

		Estudado?
DIREITO CIVIL	Lei	
	Eficácia da lei	
	Aplicação da lei no tempo e no espaço	
	Interpretação da lei	
	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro	
	Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade	
	Dos Direitos da Personalidade	
	Das pessoas jurídicas	
	Domicílio Civil	
	Bens	
	Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos	
	Dos Atos Ilícitos	
	Prescrição e decadência	
	Do Direito das Obrigações	
	Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação	
	Empreitada (cap. VIII do Título VI do CC)	
	Da Responsabilidade Civil	
	Do Penhor, Da Hipoteca e Da Anticrese	
		Estudado?
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Novo Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.	
	Princípios gerais do processo civil.	
	Fontes.	
	Lei processual civil: Eficácia, Aplicação e Interpretação.	
	Direito Processual Intertemporal: Critérios.	
	Jurisdição: conceito, característica, natureza jurídica, princípios e limites.	

		Estudado?
	Competência: critérios determinadores; competência originária dos Tribunais Superiores; Competência absoluta e relativa; Modificações; Meios de declaração de incompetência.	
	Conflitos de competência e de atribuições.	
	Direito de ação: elementos; condições; classificação e critérios identificadores.	
	Concurso e cumulação de ações.	
	Conexão e continência.	
	Processo: Noções gerais.	
	Relação Jurídica Processual.	
	Pressupostos Processuais.	
	Processo e procedimento.	
	Espécies de processos e de procedimentos.	
	Objeto do processo.	
	Mérito.	
	Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.	
	Sujeitos Processuais: Partes e Procuradores; Capacidade e Legitimação; Deveres e Responsabilidades; Representação e Substituição Processual; Despesas, Honorários Advocatícios e Multas; Gratuidade da Justiça.	
	Do Litisconsórcio.	
	Da Intervenção de Terceiros: Assistência; Denúnciação da Lide; Chamamento ao Processo; Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Amicus Curiae.	
	Do Juiz: Poderes, deveres e responsabilidades; Impedimento e Suspeição.	
	Auxiliares da Justiça: do perito, do intérprete e do tradutor.	
	Ministério Público.	
	Advocacia Pública.	
	Defensoria Pública.	
	Das Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.	
	Dos Atos Processuais: da forma, do tempo, do lugar e dos prazos.	
	Da Comunicação dos Atos Processuais: citação, cartas e intimações.	
	Das Nulidades.	

		Estudado?
	A Tutela Provisória: tutela de urgência e de evidência.	
	Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo.	
	Do Procedimento comum: aspectos gerais; fases; Petição inicial e seus requisitos; do pedido. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido; Da contestação, da reconvenção e da revelia. Das providências preliminares e do saneamento. Do Julgamento conforme o estado do processo.	
	Das Provas: distribuição do ônus da prova; Fatos que independem de prova; produção antecipada da prova; exame e valoração da prova; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; documentos eletrônicos; prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial.	
	Da sentença: conceito. Classificações; elementos e efeitos; publicação; remessa necessária; do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.	
	Da Coisa Julgada: conceito, espécies e limites.	
	Da liquidação de sentença: espécies e procedimento.	
	Do cumprimento da Sentença.	
	Meios de impugnação à sentença.	
	Recursos: disposições gerais; agravos interno e de instrumento; embargos de declaração. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos.	
	Processo de Execução: princípios gerais; espécies; execução contra a Fazenda Pública; Regime de Precatórios; Requisições de Pequeno Valor. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa: disposições gerais; citação e arresto; penhora, depósito e avaliação; expropriação de bens; satisfação do crédito. Embargos à Execução. Exceção de préexecutividade. Remição. Da Suspensão e extinção do processo de execução.	
	Procedimentos Especiais: generalidades, características e espécies; Ação de Consignação em Pagamento; Embargos de Terceiro; Ação Monitória, Restauração de Autos; Ação Popular; Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data.	
	O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Do incidente de Assunção de Competência. Do incidente de Arguição de Inconstitucionalidade; Do Conflito de Competência; Da ação Rescisória; Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Da Reclamação.	
	Lei nº 6.830/1980.	
		Estudado?
DIREITO CONSTITUCIONAL	Princípios fundamentais.	

		Estudado?
	Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.	
	Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral.	
	Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos.	
	Organização político-administrativa: disposições gerais; bens e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; intervenção federal.	
	Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos.	
	Organização dos Poderes.	
	Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República.	
	Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.	
	Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes dos Estados; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	
	Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública.	
	Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.	
	Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos.	
	Ordem social: disposição geral; da seguridade social.	
		Estudado?
DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Regime jurídico administrativo.	
	Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.	
	Princípios administrativos implícitos.	
	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública.	
	Poderes da Administração Pública.	
	Poderes e deveres dos administradores públicos.	

		Estudado?
	Uso e abuso do poder.	
	Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).	
	Organização da Administração Direta e Indireta.	
	Órgãos públicos.	
	Aspectos gerais da Administração Direta.	
	Autarquias.	
	Empresas públicas e sociedades de economia mista.	
	Fundações públicas.	
	Consórcios públicos.	
	Agências.	
	Entes de colaboração e entidades paraestatais.	
	Ato administrativo. Conceito, características e atributos.	
	Elementos e requisitos de validade.	
	Classificação dos atos administrativos.	
	Formação e efeitos.	
	Extinção, revogação, invalidação e convalidação.	
	Cassação e caducidade.	
	Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999.	
	Controle da administração pública.	
	Classificações relativas ao controle da Administração Pública.	
	Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.	
	Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).	
	Serviço público. Conceito.	
	Classificação.	
	Princípios.	
	Formas de delegação de serviço público.	
	Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público.	

		Estudado?
	Extinção, reversão dos bens.	
	Direitos dos usuários de serviço público.	
	Parcerias público-privadas.	
	Agentes públicos: Classificação.	
	Cargo, emprego e função pública.	
	Provimento e investidura.	
	Exercício e afastamentos.	
	Direito de Greve.	
	Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal.	
	Regime de emprego público e disposições da CLT aplicáveis.	
	Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos.	
	Processo administrativo disciplinar.	
	Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 atualizada).	
	Gestão por processos.	
	Gestão de riscos.	
	Gestão de projetos.	
	Processos de análise e tomada de decisão.	
	Gerenciamento de crise.	
	Compliance.	
	Conceitos suporte da alta administração, código de conduta, controles internos, treinamento e comunicação.	
	Gestão Estratégica do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020 - ref. ao ciclo 2021-2026).	
	Ferramentas de análise para Gestão e Planejamento Estratégico, Tático e Operacional.	
	BSC - Balance Score Card, Estratégias, Indicadores de Gestão, Gestão de Projetos e Gestão por Competências.	
		Estudado?
DIREITO PENAL	Princípios de Direito Penal.	

		Estudado?
	Aplicação da lei penal.	
	Crime.	
	Imputabilidade penal.	
	Concurso de pessoas.	
	Penas: Espécies de pena. Regimes de pena. Substituições da pena.	
	Ação penal.	
	Extinção da punibilidade.	
	Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo, da apropriação indébita, do estelionato e outras fraudes.	
	Crimes contra a fé pública: da moeda falsa, da falsidade de títulos e outros papéis públicos, da falsidade documental.	
	Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração em geral.	
	Crimes contra a Administração da justiça.	
	Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.137/1990).	
	Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998).	
	Lei nº 14.133/2021. Crimes em licitações e contratos administrativos (arts. 337-E a 337-P do Código Penal).	
	Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).	
	Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).	
DIREITO PROCESSUAL PENAL	Inquérito Policial: Natureza, Início e Dinâmica.	
	Da competência: territorial, absoluta e relativa.	
	Competência por prerrogativa de função.	
	Exceções.	
	Restituição das Coisas Apreendidas.	
	Medidas Assecuratórias.	
	Da prova.	
	Da busca e apreensão.	
	Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.	

		Estudado?
	Das citações e intimações.	
	Da sentença.	
	Da instrução criminal.	
	Das nulidades.	
	Dos recursos em geral.	
	Habeas Corpus.	
	Da execução penal.	
	Juizados Especiais Federais Criminais.	
DIREITO TRIBUTÁRIO	Normas gerais de Direito Tributário.	
	Fontes do Direito Tributário.	
	Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração.	
	Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies.	
	Hipótese de incidência: conceito e aspectos.	
	Fato gerador.	
	Obrigações tributárias: conceito e espécies, sujeitos ativo e passivo.	
	Obrigações principais e acessórias.	
	Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, modalidades e revisão do lançamento, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.	
	Responsabilidade tributária.	
	O Sistema Tributário Nacional: limitações constitucionais ao poder de tributar, imunidade tributária, competência tributária, tributos federais.	
	Administração tributária.	
	Garantias e privilégios do crédito tributário.	
	Processo Tributário.	
	Cobrança da dívida ativa.	
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais.	
	Aspectos Constitucionais da Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF de 1988).	
	Da organização da assistência social: Lei nº 8.742/1993 e alterações.	

		Estudado?
	Dos regimes de previdência social existentes.	
	Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios em espécie e custeio (Leis nº 8.212/1991, 8.213/1991 e alterações).	
	Decreto 3.048/1991 que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.	
	Previdência Social do Servidor Público: noções gerais, benefícios e custeio.	
	Regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências: Lei nº 9.717/1998 e alterações.	
	Previdência Complementar (Lei Complementar nº 109/2001).	
	Relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar (Lei Complementar nº 108/2001).	
	Lei nº 12.618/2012 e alterações (Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais).	

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, SEM ESPECIALIDADE

		Estudado?
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira.	
	Direitos e Garantias fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; dos Direitos Políticos.	
	Administração Pública: Disposições Gerais; dos Servidores Públicos.	
	Organização dos Poderes: Conceito de Poder: Separação, Independência; Harmonia.	
	Poderes do Estado: Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário: Disposições Gerais.	
	Organização do Estado: da organização político-administrativa; da União; dos Estados federados; dos Municípios; do Distrito Federal e dos Territórios; da Intervenção.	
	Do Processo Legislativo.	
	Da Tributação e do Orçamento: do Sistema Tributário Nacional; das Finanças Públicas.	
	Da Ordem Econômica e Financeira: Princípios Gerais da Atividade Econômica.	
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Princípios básicos da Administração Pública.	
	Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.	
	Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.	
	Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.	
	Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.	
	Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.	
	Lei nº 14.133/2021. Das disposições gerais; da licitação; dos contratos; das disposições gerais das sanções administrativas, das sanções administrativas.	
	Responsabilidade extracontratual do Estado.	

		Estudado?
	Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).	
	Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).	
	Governança.	
	Governança no setor público (Referencial Básico de Governança Organizacional para Organizações Públicas e Outros entes jurisdicionados do TCU).	
	Gestão estratégica: planejamento estratégico, tático e operacional, análise de swot, balanced scoreCard, OKR.	
	Gestão de processos (modelagem, implantação, padronização, monitoramento e controle).	
	Gestão de projetos (PMBOOK).	
	Gestão ágil.	
	Gestão de riscos.	
	Gestão do Conhecimento.	
	Gestão de Pessoas: evolução; funções; recrutamento e seleção, análise de perfil comportamental, gestão do desempenho; gestão por competências; gestão de clima organizacional, saúde e qualidade de vida no trabalho.	
	Educação corporativa.	
	Logística (planejamento e controle de estoque, armazenamento).	
		Estudado?
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais.	
	Da jurisdição e da ação.	
	Da competência: disposições gerais; da modificação da competência; da incompetência.	
	Da cooperação nacional.	
	Das partes e dos procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e de seus procuradores.	
	Dos procuradores.	
	Do litisconsórcio.	
	Da intervenção de terceiros.	
	Do juiz: poderes, deveres, responsabilidade; impedimento e suspeição.	

		Estudado?
	Auxiliadores da justiça.	
	Atos processuais: forma, tempo e lugar.	
	Prazos.	
	Da citação, da intimação, das cartas.	
	Nulidades processuais.	
	Da tutela provisória.	
	Formação, suspensão e extinção do processo.	
	Do procedimento comum: disposições gerais; da petição inicial; da improcedência liminar do pedido; da audiência de conciliação ou de mediação; da contestação; da reconvenção; da revelia; das providências preliminares e do saneamento; do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado do mérito e antecipado parcial do mérito; da audiência de instrução e julgamento.	
	Das provas.	
	Da sentença e da coisa julgada.	
	Liquidação de sentença.	
	Cumprimento de sentença e sua impugnação.	
	Do Processo de Execução: disposições gerais, das partes, da competência, dos requisitos necessários, da suspensão e extinção.	
	Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos Tribunais: disposições gerais, da ordem dos processos no Tribunal.	
	Dos Recursos.	
	Ação popular.	
	Mandado de segurança individual e coletivo.	
	Ação civil pública.	
	Dos Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/1995.	
	Lei nº 11.419/2006 - Lei do Processo Judicial Eletrônico.	
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	Ação Penal: Ação Penal Pública e Privada.	
	A Denúncia.	
	A Representação, A Queixa, A Renúncia, O Perdão.	

		Estudado?
	Sujeitos do processo: Juiz, Acusador, Ofendido, Defensor, Assistente, Curador do réu menor, Auxiliar da Justiça.	
	Atos Processuais: Forma, Lugar, Tempo (prazo, contagem), Comunicações Processuais (citação, notificação, intimação).	
	Prisão: temporária, em flagrante, preventiva, decorrente de sentença condenatória.	
	Liberdade Provisória e Fiança.	
	Atos Jurisdicionais: despachos, decisões interlocutórias e sentença (conceito, publicação, intimação, efeitos).	
	Dos Recursos em geral: Disposições Gerais, Da Apelação, Do Recurso em Sentido Estrito.	
	Do Habeas Corpus.	
	Do Mandado de Segurança.	
	Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).	
	A competência penal da Justiça Federal: STF, STJ, TRFs, Justiça Federal e Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001 e alterações).	
NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Da Seguridade Social: Disposições Gerais, Da Previdência Social, Da Assistência Social - artigos 194, 195, 201, 202, 203 e 204 da Constituição da República.	
	Lei nº 8.212/1991.	
	Lei nº 8.213/1991.	
NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO	Da Tributação: Do Sistema Tributário Nacional, Dos Princípios Gerais, Das Limitações do Poder de Tributar, Dos Impostos da União - artigos 145 a 154 da Constituição da República.	
	Obrigações Tributárias.	
	Crédito Tributário - artigos 113 a 193 do Código Tributário Nacional.	